
Relatório de Atividades

2025



FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

2026 BRASIL. Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – INPETI

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Prevenção a Adolescentes no Trabalho – FNPETI

Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (INPETI)

Presidenta: Eliane Araque dos Santos

Tesoureira: Maria América Diniz Ungaretti

Secretária: Izane Mare Ribeiro Mathos

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Prevenção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI)

Secretária-Executiva: Katerina Volcov

Assessoria Técnica: Izabela Nalio Ramos

Consultoria Técnica: Ráisa Lammel Canfield

Administrativo: Alessandra Barreto Vianna Rocha

Sumário

Introdução - p. 5

Mensagem da Presidenta - p. 6

Nossa atuação - p. 7

01.

**Comunicação, Diálogo e Transparência
com a membresia do FNPETI - p. 9**

02.

Sensibilização - p. 10

- a. Campanhas Nacionais - p. 10
- b. Campanha do 12 de junho - Dia Nacional de Combate
ao Trabalho Infantil - p. 11
- c. Seminário Nacional de Enfrentamento ao Trabalho
Infantil - p. 12

03.

Produção de Conhecimento - p. 13

- a. Mapeamento dos Planos Estaduais/Distrital e fortalecimento
dos Fóruns Estaduais/Distrital - p. 13
- b. Outras pesquisas e projetos - p. 15
- c. Notas técnicas - p. 16

04.

Advocacy e Articulação - p. 18

- a. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) - p. 18
- b. Incidência sobre dados oficiais de trabalho infantil - p.19
- c. Incidência para o enfrentamento de piores formas de trabalho infantil: exploração sexual e tráfico de drogas - p. 19
- d. Cofinanciamento das AEPETIs - p. 20
- e. Congresso Nacional - p. 21
- f. Agenda 2030 e Meta 8.7 - p. 23
- g. Incidência Regional e Internacional - p. 25

05.

Participação em eventos - p. 27

06.

FNPETI na mídia - p. 31

Introdução

O ano de 2025 foi emblemático para o enfrentamento ao trabalho infantil em nível global: a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas estabeleceu no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico - a meta 8.7, que previa a erradicação das piores formas de trabalho infantil até este ano. Contudo, a meta não foi alcançada no Brasil, tampouco em âmbito global. No país, a PNAD Contínua de 2024 - com todas as questões e problemas que a metodologia apresenta - informa que há mais de 560 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil nas piores formas.

Este cenário demonstra que, apesar de alguns avanços observados em iniciativas no tema, é necessário que muito mais seja feito para a efetiva erradicação do trabalho infantil. Ademais, a recorrente retomada, no Congresso Nacional, de proposições relacionadas à redução da idade mínima para o trabalho, evidencia a necessidade de permanente qualificação do debate público e sensibilização da sociedade brasileira para a desnaturalização do trabalho infantil.

Nesse contexto, ao longo de 2025, o FNPETI desenvolveu ações voltadas à sensibilização, à articulação, à qualificação dos dados e do debate e ao fortalecimento das políticas públicas e da intersetorialidade na garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil. O presente relatório constitui instrumento de prestação de contas à sociedade e aos integrantes do Fórum, sistematizando as ações desenvolvidas no período, além de um chamado à ação organizada e dirigida para os próximos anos no enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil.

Mensagem da Presidenta

O ano de 2025 foi marcado por uma intensificação dos esforços da Secretaria Executiva do FNPETI na sensibilização da sociedade brasileira e na articulação dos atores para a proteção integral de crianças e adolescentes, possibilitada por uma equipe ampliada e engajada junto aos diferentes poderes e níveis federativos.

A atuação ocorre em um contexto em que, embora o Brasil tenha acumulado avanços históricos no combate ao trabalho infantil, fatores como a pandemia, as crises político-econômicas e as emergências climáticas aprofundaram desigualdades, resultando no recrudescimento e na complexificação desta violação de direitos.

Diante disso, o INPETI tem como prioridade o fortalecimento institucional do Fórum para o fomento de uma rede sólida, buscando responder aos desafios e renovar o compromisso com uma infância sem trabalho infantil.



**Reafirmamos, em
2025, o
compromisso
coletivo com a
proteção integral
e com uma
infância livre do
trabalho infantil.**

Nossa atuação

O FNPETI tem atuado a partir de três eixos principais: sensibilização, incidência política e produção de conhecimento. Esses eixos são inter-relacionados e orientados à amplificação e visibilidade da pauta do trabalho infantil e da proteção a adolescentes no trabalho, tanto no âmbito das instituições quanto da sociedade civil brasileira de modo geral.

Sensibilização

Desnaturalizar o trabalho infantil

O trabalho infantil ainda costuma ser considerado uma alternativa válida diante da situação de pobreza e vulnerabilidade vivenciada por muitas famílias brasileiras. Ações de sensibilização são essenciais para evidenciar como essa violência cerceia os direitos de crianças e adolescentes e contribui para a reprodução intergeracional do ciclo de pobreza.

Produção de conhecimento

Qualificar o debate

O trabalho infantil ocorre em diferentes formas - no meio rural, no trabalho doméstico, nas ruas, na exploração sexual, no ambiente digital, entre outras -, muitas delas subnotificadas nos dados oficiais, além de estar intrinsecamente relacionado a marcadores como raça, gênero, classe e território. Para compreender o fenômeno em sua complexidade e subsidiar ações de sensibilização e incidência, o FNPETI atua como produtor de conhecimento sobre o tema. Com informação e dados de qualidade é possível sensibilizar atores diretamente ligados ao enfrentamento desta violação e incidir politicamente nas diversas instâncias governamentais.

Incidência Política

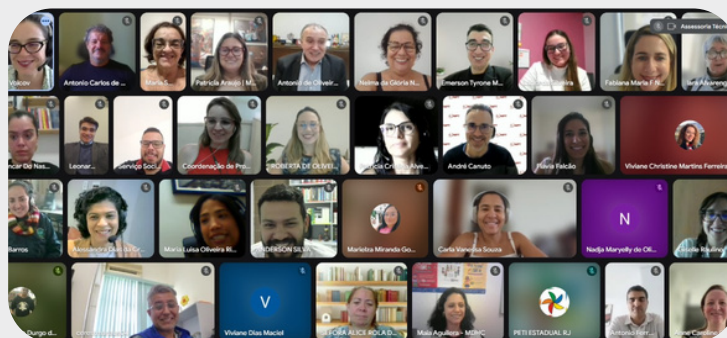
Defender e promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Embora o Brasil seja reconhecido por suas iniciativas de enfrentamento ao trabalho infantil, a última década foi marcada pelo enfraquecimento da pauta e ainda existem mais de 1,65 milhão de crianças e adolescentes nesta situação. O FNPETI vem incidindo junto ao Executivo, Judiciário e Legislativo federais a fim de que as políticas e programas voltados à infância e à adolescência contem com recursos financeiros e com instrumentos de governança junto às instâncias, além de realizar o debate e o controle social sobre o que tem sido realizado e como o enfrentamento ao trabalho infantil pode ser expandido e fortalecido.



01. Comunicação, Diálogo e Transparência com a membresia do FNPETI

O FNPETI coordena a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, formada pelos 27 Fóruns Estaduais/Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e por entidades membro de todas as Regiões do país. As ações do Fórum e as questões locais são debatidas em diferentes espaços coletivos:



III Assembleia Geral Ordinária do FNPETI, realizada em 29 de julho de 2025.

Assembleias Ordinárias e Extraordinárias

Reúnem toda a membresia nacional do Fórum, com a participação dos Fóruns Estaduais e demais entidades, debatendo temas diversos. Em 2025, as Assembleias Ordinárias aconteceram em março, maio, julho e setembro, e a Extraordinária abordou o Sistema Ipê de Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Coordenação Colegiada

Formada por um colegiado eleito, as reuniões da Coordenação ocorreram em março e julho, debatendo o plano de trabalho do FNPETI para 2025 e a atuação em campanhas anuais.

Conselho Consultivo

Instância formada por um representante das confederações, dos trabalhadores, dos Fóruns Estaduais, da Rede de Adolescentes, do INPETI, do MPT e do MTE. As reuniões ocorreram em março, abril, maio, julho, setembro, outubro e novembro, para tratar de assuntos estratégicos.

Para fortalecer a comunicação interna, o FNPETI também produziu e difundiu 12 boletins ao longo do ano sobre as atividades, campanhas, ações da membresia, posicionamentos e materiais produzidos.

02. Sensibilização

Campanhas Nacionais

No objetivo de fortalecer o engajamento de instituições públicas, organizações da sociedade civil, setor privado e população com a proteção integral de crianças e adolescentes, o FNPETI se uniu às entidades e ministérios nas Campanhas das Férias, do Carnaval, do 18 de maio e do Dia das Crianças, buscando promover a desnaturalização do trabalho infantil e a sensibilização de que este representa uma violência e uma violação de direitos.



Seminário Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil

O Seminário Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil de 2025 aconteceu no mês de junho, em Belém/PA. Foi correalizado pelo FNPETI, que atuou na articulação geral do evento, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que sediou a iniciativa, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), da Saúde (MS), do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Foram abordados temas como as novas tecnologias digitais na exploração do trabalho infantil, os impactos das mudanças climáticas sobre essa violação de direitos e a importância do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas para sua erradicação.

Estiveram presentes palestrantes e participantes de diversas localidades do país, além daqueles que acompanharam o evento de forma remota.

580

pessoas inscritas

1,4 mil

visualizações da
transmissão no
YouTube



Dispositivo de abertura do evento, com representantes do FNPETI, do MPT, do TJPA, da SEASTER-PA, do TRT 8, do MDS, da OIT, do MTE e do CEDCA-PA.

Créditos: Secretaria de Comunicação do TRT 8ª Região.

03. Produção de Conhecimento

Mapeamento dos Planos Estaduais/Distrital e fortalecimento dos Fóruns Estaduais/Distrital

O projeto “Mapeamento de Planos Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho e Fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil” aconteceu ao longo de todo o ano de 2025, produzindo subsídios inéditos para o avanço da pauta e fomentando estratégias institucionalizadas e com participação social.

- Algumas perguntas norteadoras foram: Quais estados já elaboraram Planos Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil? Qual é a estrutura dos diferentes Fóruns Estaduais?
- Este mapeamento, que estará disponível no primeiro semestre de 2026, trará dados fundamentais para futuras ações;
- As Audiências Públicas, realizadas a partir de 2025, visam impulsionar a elaboração, a implementação e o monitoramento dos Planos Estaduais.

27

grupos focais
com os Fóruns
Estaduais/Distrital

3

Audiências Públicas
(PE, PB e CE)



Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa da Paraíba, em 15 de outubro, para discutir o Plano Decenal Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2023-2032).
Créditos: [Publicação no Instagram do FNPETI e do FEPETI-PB em 15/10/2025.](#)



Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco
Créditos: Assembleia Legislativa de Pernambuco

Outras pesquisas e projetos

Além do Mapeamento dos Planos Estaduais, o FNPETI desenvolveu duas publicações durante o ano de 2025, que serão lançadas em 2026:

Documento “30 anos de Enfrentamento ao Trabalho Infantil”

Resgata a trajetória do FNPETI entrelaçada à luta histórica pelos direitos de crianças e adolescentes brasileiros, com a mobilização da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, com a emergência de políticas públicas que se tornaram referência mundial no tema e com a atuação de profissionais que estruturaram o Fórum e fortaleceram a defesa pela proteção integral.

Levantamento “Políticas Públicas Federais para infâncias, adolescências e juventudes entre 2024 e 2025: prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil e promoção do trabalho protegido para adolescentes”

O estudo mapeou mais de 130 iniciativas federais no campo da infância, adolescência e juventude, conduzidas pelos ministérios do Governo Federal. A análise considerou aspectos relacionados ao orçamento, ao perfil dos beneficiários e às modalidades de intervenção propostas pelas ações, bem como sua interface com a temática do trabalho infantil.



Notas técnicas

Outra estratégia amplamente adotada pelo Fórum em 2025 para a produção e difusão de conhecimento foi a elaboração de notas técnicas, por meio das quais foi possível registrar posicionamentos institucionais e aprofundar análises. Assim, buscou-se qualificar e fortalecer o debate público e ampliar o diálogo com parceiros institucionais, entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e a sociedade em geral.

Nota técnica contrária à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2011

A PEC nº 18/2011 possui várias proposições legislativas apensadas e propõe a redução da idade mínima para o trabalho no Brasil dos 16 para os 14 anos. Diante de parecer favorável à PEC, o FNPETI produziu nota técnica que detalha os principais motivos pelos quais esta viola os direitos fundamentais de adolescentes.



Nota conjunta "Adultização e trabalho infantil"

A nota abordou os impactos da exposição de crianças e adolescentes em ambientes digitais e foi publicada em parceria com o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem - instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) -, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania", vinculado à Faculdade de Direito da UnB.



Análise dos dados publicados no “Diagnóstico Ligeiro do Trabalho Infantil – Brasil, por Unidades da Federação – setembro/2025” do Ministério do Trabalho e Emprego e a baixa incidência/vigência de Planos Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

A nota apresenta um panorama crítico do “Diagnóstico Ligeiro do Trabalho Infantil – Brasil, por Unidades da Federação”, em que o Ministério do Trabalho e Emprego apresenta uma análise situacional do trabalho infantil no Brasil com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2023 e 2024.



Nota técnica “Trabalho infantil nas plataformas digitais”

Após a abordagem do tema no Seminário Nacional realizado em julho em Belém-PA e o amplo debate nacional que eclodiu a partir de denúncias realizadas nas redes sociais, o FNPETI elaborou uma nota técnica que analisa o fenômeno da atuação de crianças e adolescentes em diferentes expressões de trabalho infantil nas plataformas digitais, destacando os riscos e pontos de atenção para a proteção integral no ambiente virtual.



04. Advocacy e Articulação

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)

A CONAETI é composta por representantes do governo, de trabalhadores, de empregadores, da sociedade civil, do sistema de justiça e de organismos internacionais e tem como objetivo a efetiva implementação das Convenções nº 138 e 182 da OIT no país.

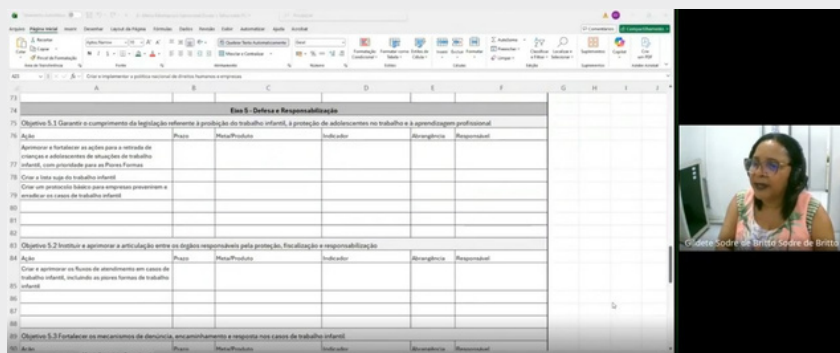
Durante o ano de 2025, a Comissão se concentrou na elaboração de fluxos nacionais de atendimento a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que será lançado em 2026.

O FNPETI, enquanto membro, participou de todos os encontros, colaborando na construção dos fluxos de exploração sexual, explorador não identificável e trabalho infantil em regime familiar e incidiu com duas propostas para fortalecer a participação social e a intersetorialidade na construção do IV Plano:

- A escuta dos 27 Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil durante a elaboração do Plano;
- A articulação com órgãos executivos federais estratégicos para o Plano, como os Ministérios da Igualdade Racial, do Turismo, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e da Agricultura e Pecuária.

+30

Reuniões da
CONAETI no ano



Reunião de escuta dos Fóruns Estaduais das Regiões Nordeste e Norte, realizada em 24/10/2025.

Incidência sobre dados oficiais de trabalho infantil

Durante o ano, o Fórum realizou ações diversas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a divulgação e a qualificação de dados nacionais referentes a trabalho infantil:

- Incidência para que os dados do Censo 2022 sobre trabalho infantil fossem divulgados;
- Incidência para a qualificação dos indicadores do módulo sobre trabalho infantil da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC).

Incidência para o enfrentamento de piores formas de trabalho infantil: exploração sexual e tráfico de drogas

Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CIEVSCA)

Na Comissão, o Fórum tem participado como membro convidado, incidindo principalmente na temática da exploração sexual infantil, uma das piores formas de trabalho infantil.

Participação de crianças e adolescentes na produção e comercialização de drogas ilícitas

Na sensibilização quanto a essa temática, também considerada uma das piores formas de trabalho infantil, o FNPETI realizou reuniões com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para a implementação de fluxos e o reconhecimento da dimensão do trabalho infantil em políticas sobre drogas.

Cofinanciamento das AEPETIs

Uma das principais ações realizadas no ano foi a incidência para a retomada do cofinanciamento federal às Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETIs).

As Ações organizam o enfrentamento ao trabalho infantil nos municípios brasileiros e, desde 2019, estavam com o cofinanciamento do governo federal interrompido. A sociedade civil vinha incidindo para a retomada da política e, especialmente em 2025, o FNPETI abordou o tema em suas Assembleias Gerais e enviou ofícios solicitando informações a diferentes órgãos com atuação relacionada às AEPETIs.

No mês de julho, o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) anunciou a retomada do cofinanciamento, a partir de uma nova proposta de distribuição territorial dos recursos às AEPETI.



+500

Acessos à live

O FNPETI realizou uma live sobre o tema com os representantes do MDS.

Congresso Nacional

Neste ano em que foi aprovado o “ECA Digital” (Lei 15.211/2025), o trabalho infantil em plataformas digitais foi tema de diversas proposições legislativas. Também foram retomadas as pautas da redução da idade mínima para o trabalho e da promulgação do “Estatuto do Aprendiz”, propondo retrocessos nas legislações vigentes. O FNPETI monitorou as proposições legislativas sobre trabalho infantil e proteção a adolescentes no trabalho, construindo notas técnicas e incidindo junto aos legisladores.

Trabalho infantil em plataformas digitais

- Acompanhamento do Grupo de Trabalho “Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital”, da Câmara dos Deputados, junto a outras entidades da sociedade civil, incidindo nas proposições legislativas;
- Lançamento das notas “Adultização e trabalho infantil” e “Trabalho infantil nas plataformas digitais”;
- Participação como um dos convidados da Audiência Pública sobre influenciadores mirins e trabalho infantil digital, realizada no âmbito do GT.



Participação do FNPETI na Audiência Pública sobre influenciadores mirins e trabalho infantil digital, realizada na Câmara dos Deputados em outubro/2025.
Créditos: Izabela Ramos

Redução da idade mínima para o trabalho

Com o monitoramento contínuo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011, que propõe a redução da idade mínima para o trabalho no Brasil dos 16 para os 14 anos, verificou-se a apresentação de parecer favorável no mês de setembro. O FNPETI se posicionou a partir de nota técnica, amplamente divulgada.

Estatuto do Aprendiz (PL 6.461/2019)

O PL 6.461/2019, movimentado ao longo de todo o ano de 2025, também foi continuamente monitorado pelo Fórum. No mês de julho, o FNPETI se posicionou sobre o Projeto, destrinchando os principais pontos de atenção que ameaçam a Aprendizagem Profissional - o risco de extinção de vagas e o prejuízo ao cumprimento das cotas de aprendizagem.



Agenda 2030 e a Meta 8.7

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indivisíveis e interdependentes, desdobrados em 169 metas a serem atingidas neste período. Constitui um compromisso global para a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental.

No Brasil, a Agenda é fomentada por diversas iniciativas da sociedade civil e/ou governamentais. O FNPETI participa de três delas, incidindo para o fortalecimento da atuação da sociedade civil no monitoramento e para o avanço dos ODS no sentido da promoção dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo para o cumprimento - ainda que tardio - da meta 8.7, que estabelecia a erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2025.



CNODS

A Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) é um colegiado consultivo voltado à internalização da Agenda 2030 e ao Desenvolvimento Sustentável no país. Além de estimular a sua implementação junto às esferas de governo e à sociedade civil, visa acompanhar e conferir transparência às ações realizadas para o alcance das suas metas e ao progresso no alcance dos ODS. Como membro da CNODS, durante o ano de 2025, o FNPETI participou da Câmara Temática de Estratégias e Inclusão, incidindo para a qualificação de indicadores de monitoramento e para o fortalecimento do papel da sociedade civil na implementação da Agenda.

Coletivo RPU

A Revisão Periódica Universal (RPU) é um instrumento do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que monitora e avalia o cumprimento das obrigações e dos compromissos em direitos humanos assumidos pelos Estados-membros. O Coletivo RPU Brasil reúne organizações da sociedade civil brasileira com incidência no sistema ONU, utilizando o mecanismo da RPU como estratégia de incidência política e de disseminação de informações sobre direitos humanos no país.

Uma das principais ferramentas de trabalho do Coletivo - com a qual o FNPETI tem colaborado - é a produção de relatórios que avaliam o grau de cumprimento das recomendações dirigidas ao Estado Brasileiro. Em 2025, o Fórum contribuiu na elaboração do Relatório de Meio Período do 4º Ciclo da RPU - 2025.



Acesse o Relatório de 2025

GT Agenda 2030

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) é outro espaço de articulação que acompanha e incide sobre o Estado brasileiro, as organizações multilaterais e a implementação dos ODS no país, a partir da experiência das Organizações da Sociedade Civil na defesa de direitos e de sua participação nos espaços de tomada de decisão.

Entre suas principais ferramentas está a elaboração anual do Relatório Luz, que analisa a implementação dos ODS no Brasil e indica ações necessárias para o alcance das metas globais até 2030. Em 2025, o FNPETI novamente colaborou com a produção do relatório.



Acesse o Relatório Luz de 2025

Incidência Regional e Internacional

Em âmbito internacional, o FNPETI participa de iniciativas e ações que buscam visibilizar o cenário brasileiro e traçar estratégias para o avanço do enfrentamento ao trabalho infantil nos níveis local, regional e mundial.

Marcha Global contra o Trabalho Infantil

O Fórum Nacional representa o Brasil nesta iniciativa que, há 20 anos, mobiliza os países para o combate ao trabalho infantil. Tal mobilização ocorre por meio de incidência política, controle social para a ratificação e implementação das Convenções nº 138 e nº 182 da OIT, acompanhamento e implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e estudos que promovem a disseminação de conhecimento sobre o trabalho infantil.



Marcha Global
CONTRA EL TRABAJO INFANTIL

Você sabia que...

**Na América Latina e Caribe,
8,2 milhões de crianças e
adolescentes estão em situação de
trabalho infantil?**

**Governos, retomem a prioridade à
erradicação do trabalho infantil, com
orçamento garantido!**

#12deJunioDiaMundialContraElTrabajoinfantil
#MarchaGlobalSudamérica
#SinTrabajoinfantil

www.globalmarch.org

Logos of partner organizations: FNPETI, DYA (DESARROLLO Y AUTOGESTION), Cesip, CefadeHu, OPCIÓN, Fundación MUNDO MEJOR, and CTERA.

Relatório alternativo para o exame do Brasil na 99ª sessão do CDC da ONU

O Comitê dos Direitos da Criança (CDC) da ONU é o órgão que monitora a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos. Em 2025, foi realizada a 99ª sessão do CDC, em que ocorreu o exame do Brasil na questão. Como parte deste processo, as organizações da sociedade civil que atuam no tema poderiam submeter relatórios alternativos para subsidiar o exame, e o FNPETI submeteu relatório alternativo pela primeira vez.



Reunião com Relator Especial sobre formas contemporâneas de escravidão

No mês de agosto, o Relator Especial sobre formas contemporâneas de escravidão junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), professor Tomoya Obokata, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que se reuniu com representantes do governo, do Poder Judiciário e de organizações da sociedade civil.

O FNPETI participou de um dos encontros, contribuindo com a apresentação de dados e análises sobre o trabalho infantil, tema abordado no diálogo juntamente com as questões do trabalho análogo à escravidão e do tráfico de pessoas.



05. Participação em eventos

Ao longo de 2025, o FNPETI participou de diversas agendas junto aos Fóruns Estaduais, demais membros da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e parceiros.

Maio

O FNPETI esteve presente no Seminário Enfrentamento ao Trabalho Infantil, realizado pelo TRT 9ª Região em Foz do Iguaçu, no Paraná. O Fórum participou do painel “O trabalho infantil na perspectiva da sociedade civil - um diálogo necessário”, ao lado de representantes do MP-PR, do MPT-PR e do TJ-PR.

Junho

O FNPETI esteve em Maceió e em Arapiraca para participar do Fórum de Aprendizagem 2025 de Alagoas. O evento foi promovido pelo FETIPAT/AL, MPT/AL, MOV, SENAC, CIEE e SOPROBEM.

A iniciativa reuniu cerca de 300 jovens aprendizes e contou com apresentações culturais e rodas de conversa, incluindo debates sobre a erradicação e a prevenção do trabalho infantil.



Evento em
Arapiraca/AL.
Créditos: Rafael
Butigahn/PRT 19ª

O Fórum também foi convidado pela Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro Sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ) para realizar uma fala sobre o tema "Trabalho infantil na cultura do tabaco: o que precisamos fazer?". Na ocasião, foram destacadas as principais legislações no tema, os dados presentes em publicação do FNPETI especializada no tema, e a experiência das Escolas Famílias Agrícolas no RS.

Julho

Participação em live com o PETI Vitória/ES e com o PETI da Região Metropolitana sobre tema "Toda Criança que Trabalha Perde a Infância e o Futuro".

Setembro

O Fórum desembarcou em Cuiabá/MT para a Jornada InterSaúde na Escola, promovida pela UFMT em parceria com diversas instituições, integrando as comemorações do Dia do Adolescente (21/09) e fortalecendo o diálogo intersetorial.

Além da participação na conferência de abertura "Integração de Saúde Escolar e ODS: Desafios e Oportunidades", a Secretária-Executiva do FNPETI realizou o workshop "Desmistificando o trabalho infantil em suas piores formas".

Outubro

Articulado pelo FEPETIPE com demais organizações do estado, a "XII Marcha Pernambuco contra o Trabalho Infantil: das ruas às redes sociais" já faz parte do calendário de iniciativas do Fórum Estadual e, neste ano, contou com a presença da Secretária Executiva no evento e na Audiência Pública realizada em 8/10 sobre o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.



Roda na Igreja do Carmo, em Recife/PE | Créditos: Katerina Volcov

Na Paraíba, além da agenda com o Fórum Estadual de Aprendizagem da Paraíba, foi realizada reunião com integrantes do NUPEDIA - Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência, da Universidade Federal da Paraíba, para tratar do trabalho infantil doméstico, em vista do projeto que está sendo realizado pela universidade e pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). O FNPETI apoiou o projeto com repasse de informações e contatos para que o projeto pudesse ser realizado nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará e Paraná



Acima, reunião com o Fórum Estadual de Aprendizagem; Abaixo, Reunião com o NUPEDIA-UFPB | Créditos: Katerina Volcov



Novembro

O FNPETI participou do evento "Infâncias Protegidas: Capacitação para o Combate ao Trabalho Infantil, promovido pela COOPETI, FEPETI-RJ, MPT-RJ, Superintendência Regional do Trabalho, Governo Federal, Governo do Estado do RJ, reunindo a rede socioassistencial estadual e municipal.



Finalização do evento "Infâncias Protegidas", no Rio de Janeiro
Créditos: Secretaria Estadual de Assistência Social do RJ

Dezembro

Participação do FNPETI no Seminário "A crise climática e as relações de trabalho", promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), como uma das instituições palestrantes na mesa "O aquecimento global e o comprometimento das futuras gerações de trabalhadores".

06. FNPETI na mídia

A partir das ações realizadas e dos materiais produzidos, uma das formas de sensibilização e incidência que têm sido realizadas pelo Fórum é a participação em espaços de debate e informação, concedendo entrevistas e participando de discussões sobre o tema. A seguir estão algumas das principais entrevistas realizadas em 2025, para diferentes veículos de comunicação:

Entrevista para o RJ TV 1 sobre a Campanha “Férias Sem Trabalho Infantil”, em 17 de janeiro;



Entrevista para o Programa Revista Justiça, da TV Justiça, sobre o Dia Nacional Contra o Trabalho Infantil, em 12 de junho;



Entrevistas à Coluna Balanço Social, da Revista Veja, sobre trabalho infantil nas plataformas digitais, concedidas em 15 de julho e 29 de outubro;



Entrevista Programa “Cidadania”, na TV Senado, sobre Trabalho Infantil Digital, em 23 de outubro.

